



BORGES, Maria Celma*

<https://orcid.org/0000-0002-1364-9517>

RESUMO: Objetiva-se a discussão do governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022) na história do Brasil recente, a partir, especialmente, do modo como lidou com os camponeses e povos originários, no exercício de suas práticas pós-fascistas. Faz-se fundamental, ainda que de modo breve, de início, a análise das origens dessas violências desde a América portuguesa, percorrendo o Império, início da República e o século XX, especialmente no governo Vargas e na ditadura empresarial-militar, com ênfase para o seu prolongamento, no pós-ditadura. Observa-se em políticas que antecederam ao pós-fascismo, no século XXI, a continuidade das práticas autoritárias frente a esses grupos, tendo o arbítrio como o registro de ações também em governos ditos de esquerda.

PALAVRAS CHAVE: Indígenas; Camponeses; Tempo Presente; Pós-fascismo.

ABSTRACT: The objective is to discuss the government of Jair Bolsonaro (2018 to 2022) in the recent history of Brazil, especially, in terms of how it dealt with peasants and indigenous peoples in the exercise of its post-fascist practices. It is essential, albeit briefly at first, to analyze the origins of this violence since Portuguese America, covering the Empire, the beginning of the Republic, and the 20th century, especially during the Vargas government and the corporate-military dictatorship, with an emphasis on its continuation in the post-dictatorship period. It is observed, in policies that preceded post-fascism in the 21st century, the continuity of authoritarian practices against these groups, with arbitrariness also being a feature of so-called left-wing governments.

KEYWORDS: Indigenous peoples; Peasants; Present Times; Post-fascism..

INTRODUÇÃO – AUTORITARISMOS E VIOLÊNCIAS NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NO BRASIL E OS SEUS LASTROS NO PASSADO

Trabalhar um tema tão próximo à história do tempo presente, como os “Fascismos Contemporâneos”¹, remete à dificuldade de análise pelas influências

*Doutora em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, maria.borges@ufms.br, Membro do INCT Proprietas.

¹ Este texto se origina de participação em mesa no Evento Colóquio Interdisciplinar “Autoritarismos no século XXI: linguagens, espaços e memórias”, realizado no período de 26 a 28 de Agosto de 2024, no Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob coordenação dos professores doutores André Luiz do Amaral e Patrícia Helena Milani.

sobre o pesquisador/historiador no seu tempo. Porém, não são somente os trabalhos com o tempo presente a demonstrar este envolvimento, pois, mais do que datas, esse debate remonta à nossa posição e interpretação crítica diante do contexto social em que vivemos e o modo como agimos face a história. Escreve-se sempre no presente, mas nem sempre sobre movimentos deste tempo. Por outro lado, não se pode negar as especificidades do trabalho com a história recente e a necessidade de sua reflexão enquanto escrita e ação humana no tempo.

Japiassu, em *O mito da neutralidade científica*, já nos anos 1970 nos alertava para o compromisso social e ético com o que produzimos, inexistindo, em sua acepção, a isenção de valores. Propunha o autor a problematização constante da ciência e do papel do pesquisador, ao observar que:

A produção científica se faz numa sociedade determinada que condiciona seus objetos, seus agentes e seu modo de funcionamento. É profundamente marcada pela cultura em que se insere. Carrega em si os traços da sociedade que a engendra, reflete suas contradições, tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações. Talvez não seja exagero dizermos que 'o poder do conhecimento' está transformando-se em 'conhecimento do poder'. (JAPIASSU, 1976, p. 45)

Esse autor, ao discutir a inexistência da isenção de valores e o mito da neutralidade científica destacava o “lugar social” em que produzimos, como diria Michel de Certeau (1979), ao apontar para o quanto as instituições de produção do saber estão imersas no todo da sociedade, em suas contradições, ambiguidades e jogos de interesses, em práticas marcadas pelas relações de poder.

Marc Bloch, nas primeiras décadas do século XX, nos ensinava que: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente” (BLOCH, 1999, p. 10). Também Agnes Chaveau e Phillipe Tétart, ao discutirem o papel do historiador e sua inserção no contemporâneo diziam que o historiador é cada vez mais parte integrante desse tempo: “[...] porque a força da história passadista, factual e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo interpretativo” (CHAVEAU; TÉTART, 1999, p. 36). Observaram ainda que um medievalista ou um modernista jamais conseguiria ‘viver’ o que narrava, pois: “[...] Não é senão no presente, por reverberação de sua relação no presente, que ele pode (re) conhecer ou imaginar aquilo que fala, investindo-o de uma presença física ‘real’”. (CHAVEAU; TÉTART, 1999, p. 31)

As considerações desses autores reforçam a necessidade de análise dos acontecimentos do presente para as reavaliações da própria escrita da história em seu tempo, de forma humana, crítica e que contribua para compreendermos as agruras do presente para quem sabe poder transformá-lo. Em nosso caso, ao discutirmos a história do Brasil recente e o pós-fascismo nela impresso, especialmente em torno da questão agrária e indígena no governo de Jair Bolsonaro, mas buscando as suas origens desde a América portuguesa, faz-se fundamental, ainda que de forma breve, também a análise do contexto de autoritarismos e de ditaduras que marcaram o século XX, do governo de Getúlio Vargas² à ditadura empresarial-militar, em que as violências de toda ordem se deram frente aos povos da terra – dos campos e cidades –, mas principalmente face aqueles/as que lutassem contra esses regimes de exceção.

Também é preciso a discussão de seu prolongamento, no pós-ditadura, ou seja, na continuidade das práticas autoritárias e, principalmente, pós-fascistas, como no caso que detalharemos mais adiante – o de Jair Bolsonaro, de 2018 a 2022. Busca-se, então, compreender a complexidade desses momentos históricos, suas continuidades e rupturas, para não sermos cúmplices do arbítrio e da barbárie.

Pierre Nora, um historiador francês e grande referência para o movimento da chamada Nova História, desde a década de 1970 ressaltava a importância de repensarmos a história do tempo presente, ao falar da angústia do historiador ao viver e fazer a história do seu tempo. Ao referir-se à “Guerra dos seis dias” ou à uma “simples eleição”, observou que, ao se miniaturizar o acontecimento, “de sondagem em sondagem”, ao invés de buscar o seu resultado final, de forma mais direta, o vivido histórico torna-se: “fundamentalmente diferente. Em primeiro lugar, é sofrido minuto a minuto, mas sem ser agido. Por outro lado, é vivido de maneira mais angustiada, já que não se sabe em que vai dar, por fim, o acontecimento”. (NORA, 1984, p.47)

Ainda Nora contribui, de modo profundo e poético, para este debate ao abordar a sua experiência frente ao movimento de maio de 1968 e os impactos do vivido naquele tempo histórico para a escrita da História:

² Sobre o conceito de “fascismo” e os debates acerca do Integralismo, no cenário do governo Vargas, ver o texto de ATHAIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo In: *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1305-1333, set.-dez./2014.

Lembro-me, por exemplo, de certa noite das barricadas de Maio de 68, encontrando-me eu numa varanda do Boulevard Saint-Michel, ao lado de Julien Besançon, que ‘cobria o acontecimento’ para uma estação de rádio. Encontrávamo-nos em cheio no meio da efervescência dos gritos e das cargas policiais, e eu ouvia Julien Besançon dizer ao microfone: rebentam granadas, sufoco, não posso falar-vos mais, e ouvia ao mesmo tempo a voz no transistor, numa sala ao lado, como a ouvia o farmacêutico de Carpentras, tranquilamente deitado na sua casa ao lado da mulher. E, nesse momento, tive a sensação duma mudança na própria percepção da História, que se colava a tal ponto ao presente que já nada os podia separar. (NORA, 1984, p.46)

Essa percepção da História de que o acontecimento se cola ao presente, de forma que não é mais possível separá-lo entre passado e presente, nos leva a indagação do tema “Fascismos Contemporâneos” e como a sua discussão pode nos ajudar a compreender a história do Brasil recente e a trágica experiência do governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022), tal como o fortalecimento da extrema-direita em nosso país, (e pode-se dizer – no mundo, com Donald Trump, nos EUA, Milei, na Argentina, entre outros governos).

Assim, desde os acontecimentos que marcaram a história do Brasil, em 2013, com o início da ascensão da extrema-direita ao poder e a imposição de marcos de uma agenda política conservadora, esta história já se inscreve como algo importante a ser pesquisado, pois trata-se de um dos períodos mais autoritários e violentos de nossa história recente, e com forte apoio popular e das classes detentoras do poder político e econômico.

Sobre esta questão do autoritarismo e violências na história recente do Brasil, cabe observar que o nosso tecido social, em pleno século XXI, semelhante à nossa herança colonial e imperial, está impregnado de atrocidades, evidenciadas na composição recente do corpo político governamental, da Câmara e Senado, como observaram Mitidiero Jr, Moizés e Martins:

Nas eleições de 2014, na formação da 55ª Legislatura (2015-2019), tomou posse o Congresso mais conservador desde o período da ditadura militar. Já na eleição de 2018, a conformação da Câmara e Senado, para 56ª Legislatura (2019-2023), significou a chegada da extrema direita ao poder Executivo, o que culminou na eleição do, agora, Congresso mais conservador da nossa história recente. As bancadas de deputados e senadores ruralistas e da mineração, bancadas diretamente relacionadas à questão agrária brasileira, adquiriram em quantidade grande força política na tentativa de aprovar leis a favor dos seus interesses, ao passo que o número dos parlamentares ligados às lutas sociais diminuiu substancialmente após as eleições de 2014. (MITIDIERO JR; MOIZÉS e MARTINS, 2020, p. 604)

Propomos então, a fim de tentar estabelecer esse debate e compreender, ao menos em parte, as suas origens, apresentar uma breve história rural do Brasil, com suas violências e autoritarismos, mas ainda resistências, da América portuguesa ao tempo presente, a fim de chegar ao governo de Bolsonaro e as suas práticas “pós-fascistas” na referência aos camponeses e povos originários. Utilizamos a expressão pós-fascista partindo da discussão apresentada por Bernardo Fernandes e outros autores, ao indagarem: “A questão agrária no governo Bolsonaro ou questão agrária no pós-fascismo brasileiro?”. Neste texto, os autores trazem um trecho de Traverso que explicita o conceito:

Diferente do fascismo, o pós-fascismo não possui uma utopia e não tem um projeto original de futuro, sua lógica é pessimista em defesa de valores tradicionais, da ditadura, tortura etc. Por isso, agarra-se no neoliberalismo, onde encontra apoio para suas políticas de exclusão dos direitos e concentração de riquezas. (TRAVERSO apud FERNANDES et alii, 2020, p.339)

Ao partirmos desse conceito de “pós-fascismo” para designar o governo de Bolsonaro, entendemos ser uma abordagem que se encontra em movimento, inacabada, evidenciando as especificidades da história do Brasil recente, mas ainda a possibilidade de aproximações com ideias autoritárias, todavia buscando ter o cuidado possível para não encerrarmos a interpretação da história em conceitos e/ou categorias fechadas ou mesmo caixinhas classificatórias, como nos ensinou E. P. Thompson (1981), em “A miséria da teoria ou um planetário de erros”.

UMA BREVE HISTÓRIA RURAL DO BRASIL: OS GERMENS PARA OS AUTORITARISMOS, PERMANÊNCIA DE VIOLÊNCIAS E O PÓS-FASCISMO DE BOLSONARO

O governo de violências e arbítrio de Jair Bolsonaro não se explica por si só, tal como nenhum outro fato ou acontecimento na História. Tem suas raízes no autoritarismo e patriarcalismo do Brasil rural, desde a América portuguesa, e em seu prolongamento no Império e República. Desde o século XVI, a história do Brasil se fundamentou na escravização de milhares de homens, mulheres e crianças, trazidos à força do continente africano ou aqui nascidos na condição de escravizados, num regime que perdurou por mais de 350 anos (SCHWARCZ; GOMES, 2018). Anterior à

essa violência, e mesmo paralela a ela, os povos originários vivenciaram na pele a condição de escravizados.

Já nesse primeiro ponto é possível encontrar a violência enunciada e materializada em práticas e em discursos recentes, como o de Jair Messias Bolsonaro, ao dizer, em entrevista de sua campanha eleitoral, à TV Cultura, em Julho de 2018, que o comércio negreiro era feito exclusivamente pelos próprios africanos. Nessa entrevista atribuiu aos africanos a responsabilidade da escravidão e do tráfico negreiro, ao afirmar: “Se você for ver a história realmente, o português não pisava na África, era (sic) os próprios negros que entregavam os escravos”³.

Na América portuguesa, a violência, como observado, deu-se também na escravização dos povos originários (indígenas), que, para além do “escambo” (já uma forma de dominação encoberta pela ideia de troca), também serviram de mão de obra pelos campos e cidades, do Brasil rural, como nas capitanias do Norte e Nordeste, e mesmo de São Paulo, conforme John Monteiro (1994), em que por mais de três séculos era o trabalho indígena que imperava nas lavouras paulistas. Também em outras capitanias, como de Mato Grosso, Rio de Janeiro, entre outras, os povos originários e a expropriação de seu trabalho se faziam presentes.

A monocultura, ou seja, a produção de açúcar ou de outras economias voltadas para o mercado externo, em larga escala, controlada pelas elites agrárias, tal como o latifúndio e o trabalho escravo, desde o Brasil Colonial, explicam, em parte, a nossa história. Explicam a quem serviu esta classe senhorial e a quais interesses, que, com certeza, não eram os dos pobres e/ou povos da terra. Mas, esse tripé discutido por Prado Jr. (1971) não conseguia esconder a existência dos pobres e livres nas franjas dessa sociedade e o plantio de alimentos para o autoconsumo – mesmo face ao quadro de violências a que estavam submetidos. Em suas franjas, pequenos posseiros, roceiros e sitiantes produziam alimentos. Também povos originários cultivavam suas roças. Numa história a contrapelo, como diria Walter Benjamin (1986), iam escrevendo essa história. Camponeses e indígenas continuam a escrevê-la no presente.

Como sugeria Fernando Novais (1996), ao discutir as condições de privacidade na América portuguesa, a mobilidade e transitoriedade impossibilitavam

³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-negacionismo-historico-como-arma-politica/>. Acesso em agosto de 2024.



a permanência na terra, sendo características comuns das populações pobres. Diríamos que, mais do que o desejo de mover-se constantemente e/ou da itinerância, acresce a violência utilizada pelos grandes posseiros e sesmeiros frente aos povos da terra, na expulsão, assassinatos e perseguições, o que dificultava e/ou muitas vezes impossibilitava a permanência desses povos por essas terras⁴. Também muitas comunidades negras e/os remanescentes de quilombos, como comunidades tradicionais, e os camponeses sem-terra, dentre outros sujeitos, vivenciam o arbítrio de não terem o acesso à terra até o tempo presente.

Os sesmeiros, grandes posseiros e os grileiros de terra, após 1850, ao demarcarem e cercarem a terra, com o olhar a perder de vista do que seriam os limites de suas propriedades, deram o tom ao que se apresenta hoje como o latifúndio e o agronegócio. Nesse cenário, a constante mobilidade e a consequente partida dos povos da terra, de um lugar para outro, não podem ser entendidas como modo de vida ou desejo de itinerância, mas imperativo do ter que partir.

Homens, mulheres e crianças, pobres e livres, nas frestas desta sociedade, marcada pela violência, física e simbólica, oriunda dos poderes senhorial e colonial, buscavam aberturas possíveis, como discutiu Stuart Schwartz (2001), ao falar dos escravos, roceiros e rebeldes na colônia, e no período imperial, Márcia Motta (1998), ao pesquisar pequenos posseiros e a Lei de Terras de 1850, especialmente as brechas que conseguiram abrir na denominada Lei ao confrontar os fazendeiros nos tribunais.

O plantio e cultivo de roças e a venda de alimentos nas feiras, também pelas ruas, em pequenos comércios, como tavernas pelas estradas, arraiais e vilas, da colônia ao Império, podem ser ações entendidas como tentativas de fissuras, na medida em que hoje sabemos da importância dessa produção para o abastecimento interno e o autoconsumo, já que o Brasil colonial e imperial não se limitou à tríade: latifúndio, monocultura e trabalho escravo.

Entre esses personagens que contribuíram (e contribuem) para a produção de alimentos e, conseqüentemente, para a produção da vida, na história rural do

⁴ A expulsão e a violência contra camponeses e indígenas, como assassinatos e perseguições, continuam a se dar no Brasil, como em Mato Grosso do Sul, por exemplo, se pensarmos como vive parte significativa dos povos originários ainda no presente, sem acesso às terras tradicionais e muitos confinados a pequenas reservas no sul do Estado, ou mesmo lutando para a permanência em suas retomadas.

Brasil, encontramos também a figura dos escravizados que buscavam estas frestas, como na “brecha camponesa”, atividade desenvolvida em “dias livres”, quando do trabalho em pequenas roças no interior dos engenhos e fazendas, e na venda de excedentes nas feiras, contribuindo para a produção de alimentos e quiçá a conquista da liberdade, desde a Colônia.

Os quilombos eram lugares não somente do cultivo e defesa da tão sonhada liberdade, mas ainda do plantio de alimentos que, além de atender às necessidades do grupo, servia também para o estabelecimento de trocas comerciais com o entorno, como sugere Flávio dos Santos Gomes, em *Mocambos e Quilombos*: “Nunca isolados, mantinham trocas econômicas com variados setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, faiscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiras, tanto escravos como livres” (GOMES, 2015, p. 20).

Quilombolas plantavam e colhiam alimentos e os apontamentos de Flavio dos Santos Gomes e João José Reis, em *Liberdade por um fio*, ao discutirem os quilombos na história do Brasil (GOMES; REIS, 2008, p. 217), trazem essas evidências, ao sinalizarem para a importância das roças na economia quilombola, tal como, contraditoriamente, o seu papel para o abastecimento das expedições e incursões que iam ao seu combate, já que muitos produtos encontrados pelos paíóis, como o milho e feijão, eram apreendidos e tomados para atender os interesses das ordens pública e privada. No Mato Grosso, de norte a sul, como demonstram os Relatórios de Província, também as roças quilombolas eram sinônimo de resistência à escravidão e do desejo de liberdade, ao mesmo tempo em que contribuíam para a produção de alimentos, como se constata no confisco de produtos para abastecer as expedições provinciais.

Eram os pobres e livres, em grande parte, junto aos sitiantes e demais roceiros, arrendatários, pequenos lavradores, escravizados, quilombolas, pobres da terra, aqueles que produziam a comida, e geriam esta economia de abastecimento interno tão fundamental para a compreensão de nossa história rural do Brasil. Muitas vezes não conseguiam ver chegar o tempo da colheita, mas nem por isto deixavam de plantar, semeando a terra e junto a ela a esperança de tempos outros.

No decurso do século XX, a modernização econômica e, dela decorrentes, os intensos problemas sociais, derivados de relações de trabalho baseadas na

exploração do trabalho e na expropriação da terra de camponeses, indígenas e comunidades negras – fenômeno que ocorreria, principalmente no campo, mas que desaguardaria nas pequenas e grandes cidades –, levaram ao êxodo rural, principalmente do norte e nordeste para o sul e sudeste. Milhares de famílias foram obrigadas a se deslocar para os grandes centros e cidades do sudeste e sul, desde os anos 1950, como nos conta Graciliano Ramos (2005), em *Vidas Secas*, ao falar de Fabiano e de sua família e também da cachorra Baleia, que, obrigados a partir das terras cercadas pela violência do latifúndio, em sua marcha forçada vivenciaram o quadro de marginalização e opressão, semelhante aos muitos severinos e severinas por esse Brasil afora.

Também as violências derivadas de regimes autoritários demarcam os lugares impostos à classe trabalhadora dos campos e cidades, nos séculos XX e XXI. Alcir Lenharo, em *Sacralização da política*, ao estudar Getúlio Vargas (1930 a 1945), contribui para o debate do regime ditatorial e demonstra o quanto ele afetou à classe trabalhadora e foi um germe para o golpe de 1964:

[...] os trabalhadores, por exemplo, foram lesados ampla e irrestritamente pela política de trabalho imposta, amordaçados que foram pela LSN (Lei de Segurança Nacional), pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), pelo peleguismo, pela febre do trabalho, assim como permaneceram acorrentados ao sindicalismo atrelado ao Estado, “solução” copiada da legislação fascista da Carta del Lavoro, ainda viva até os presentes dias. (LENHARO, 1986, p. 12)

Conforme esse autor, a escalada de violências que demarcou esse período de Vargas e da ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985, foi responsável por inúmeras perdas, como a supressão das liberdades individuais e civis, mas também pela “ameaça física e psicológica, pela perseguição e tortura, pela corrupção e cinismo, pela mentira da propaganda” e ainda por “espalhar a crença no progresso e na ascensão social como solução de toda ordem de problemas”. (LENHARO, 1986, p. 11)

O processo de expropriação dos povos da terra, como o vivido pelos povos originários, pequenos posseiros e arrendatários, derivado dos projetos de colonização da Era Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, se assemelha à ideia de composição de um “corpo nacional” uno, e em movimento, similar ao que o fascismo propunha com a ideia de “nação”. Como destaca Lenharo:

A construção da ‘Marcha’ atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de

participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente; se sentissem co-proprietários do território nacional. (LENHARO, 1986, p.15)

Nas décadas de 1940 e 1950, mas asseverada nos anos de chumbo da ditadura, com o chamado “milagre econômico” dos anos 1970, decorre a expulsão de milhares de famílias expropriadas da terra. Os anos 1970 trazem o que José Graziano da Silva (1982) denominou de “modernização dolorosa” ou mesmo a “Revolução verde” e os impactos na vida de homens, mulheres e crianças, pobres da terra, sujeitados às mais diversas violências pelo percurso e locais para onde tiveram que se deslocar. Mas, vale ressaltar que é uma história marcada também pela resistência, no modo possível de cada dia, a exemplo:

- * das Ligas Camponesas (dos anos 1950 a 1964) espalhadas por todo o país e resistindo o quanto puderam;
- * dos movimentos sociais indígenas e camponeses, brotando e/ou renascendo, com força, desde os anos 1970 e se espraiando pelos anos 1980, derivando nas pequenas conquistas da Constituinte de 1988;
- * do nascimento do MST, em fins daquela década, e o seu fortalecimento nos anos 1980 e 1990;
- * e do próprio movimento operário no ABC paulista, de fins dos anos 1970 e início de 1980 que deu uma outra tonalidade aos movimentos sindicais com novos personagens entrando em cena, como diria Eder Sader (1988), dentre muitos outros pelos campos e cidades.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em *Geografia das lutas no campo*, ao discutir a questão agrária no Brasil dos séculos XX e XXI, apontou para o quadro de violências vivido historicamente pelos povos da terra. Este autor, ao mesmo tempo em que enunciou as imposições, como a expropriação, também destacou a resistência histórica dos camponeses na luta pelo direito à cidadania (OLIVEIRA, 2001). Esta discussão lembra-nos ainda de José de Souza Martins (1993), em seus bons e velhos tempos, ao nos falar que:

[...] a nossa América Latina é trágica, mas é, ao mesmo tempo divertida. É preciso compreender esta nossa contradição. Sem compreendê-la não se compreende nada, pois não se pode chorar o tempo todo. Às vezes é preciso rir. [...] É preciso rir o riso crítico que denuncia a comicidade dos protagonistas, conquistadores e conquistados, na vã tentativa de vestir, de impor, a apertada roupa cultural de quem manda ou pensa mandar. (MARTINS, 1993, p. 23)

Para Martins, era preciso entender essa contradição pois sem entendê-la não entenderemos nada. A partir dessa consideração, retomamos o proposto neste texto: pensar o governo de Jair Bolsonaro e as suas práticas pós-fascistas na referência aos camponeses e povos originários, mas, antes tecendo algumas considerações acerca dos governos que o antecederam e propiciaram o alicerce para as práticas autoritárias de sua gestão, as quais, infelizmente, continuam no tempo presente.

Como alicerce das práticas conservadoras – que vem de longa data -, cabe observar o fortalecimento da bancada ruralista, nascida no pós-1985, no contexto de debates do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo de Sarney, como resultado das ações da União Democrática Ruralista (UDR) em combate ao nascimento do MST, em 1984, e a outros movimentos de luta pela terra. Esta bancada (Do Boi, da Bala e da Bíblia), desde o início do regime democrático, com a abertura política, vem se fortalecendo e mantendo a violência física e simbólica, substanciadas na defesa do status quo e da propriedade. Mitidiero, Moizés e Martins, observam que ainda outros dois Bs podem ser acrescentados a ela, ou seja:

[...] na verdade são 5B's, porque deve-se somar a eles o B da Bula (setor fármaco-químico e agrotóxicos) e o B dos Bancos (grande capital financeiro). Essas cinco bancadas, habitualmente, carregam uma pauta conservadora, por isso, não é mera hipótese apontar que elas atuam em conjunto na maior parte de suas ações legislativas. (MITIDIERO, MOIZÉS E MARTINS, 2020, p. 605)

No Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados, de Fernando Henrique Cardoso a Lula, Dilma Rousseff, Temer, Bolsonaro, e novamente Lula, agora Lula-Alckimin, tem-se revivido, em projetos de Lei e práticas conservadoras, o lema dos anos 1960 da “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), enunciando o que há de mais retrógrado e autoritário na defesa da propriedade: agressão aos direitos humanos, ao meio-ambiente e a sustentação dos interesses do capital pelos campos e cidades do Brasil. Exemplo disso é a proposição do Marco Temporal para a limitação ao reconhecimento do direito às terras indígenas, no presente, como um sinônimo de retrocesso e de barbárie e, se aprovado, de perdas conquistadas com tanto sacrifício e lutas na Constituinte de 1988. Em outras palavras, uma afronta aos direitos dos indígenas e nítido favorecimento ao agronegócio e à Bancada Ruralista. Também a “titulação de terras” nos assentamentos rurais, iniciada com o governo Temer, e ampliada no de Bolsonaro, é um evidente movimento de transformação de projetos de reforma agrária em terras para o mercado.

Os governos que antecederam o de Jair Bolsonaro, como os de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), de Dilma Roussef, (2010 a 2014 e 2014 a 2016), e Michel Temer, vice de Dilma Roussef, (2016 a 2018), explicam em parte o modo como se estabeleceu o alicerce para a efetivação do arbítrio no governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022). As contradições do campo político brasileiro dos governos Lula e Dilma Roussef, nos 14 anos de poder, interrompidos pelo movimento de *impeachment*, em 2016, ao legitimarem ou mesmo fortalecerem as práticas políticas do agronegócio, em confronto com os movimentos sociais de luta pela terra e para nela permanecer, evidenciaram esta conflituosidade.

Se comparado aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), é inegável o avanço de políticas públicas nos governos do PT para atender aos assentamentos rurais e à agricultura familiar, de um modo geral, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outros. Destacam-se ainda as políticas públicas voltadas ao fortalecimento de programas educacionais nas Universidades, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o incentivo a outros cursos de Graduação e Pós-Graduação de Educação do Campo, a exemplo do que faz a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Mato Grosso do Sul.

Todavia, não se deve esquecer que a bandeira da “Reforma Agrária” e as ações de desapropriação de terras para assentamentos para cumprir a função social da terra foram deixadas de lado, pela relação umbilical de controle entre os governos “ditos de esquerda” e os movimentos sociais, especialmente em parte da organização do MST. Ainda, por esses governos terem cedido à forte pressão dos interesses do agronegócio, como dos usineiros, por exemplo. Não é possível esquecer que Lula em 2008 chamou os usineiros de “heróis” (BORGES, 2018). Essa relação umbilical entre governo e representações do agronegócio fora expressa na permanência de Kátia Abreu como Ministra da Agricultura no governo de Dilma Roussef, fragilizando em demasia as lutas no campo e o próprio governo do PT.

Organizações sociais e movimentos sociais, ao não denunciarem a aliança do estado junto aos capitalistas agrários – o agronegócio – e, ao mesmo tempo, terem suas ações restritas ao universo da negociação interna com o governo, contribuíram, de certa forma, para o processo de *impeachment* de Dilma Roussef em seu segundo

governo. Também para a emergência de figuras com viés extremamente autoritário, como a de Jair Bolsonaro. Anterior àquele governo há que se destacar o governo Michel Temer e a continuidade e fortalecimento da opção ao agronegócio, asseverando ações de opressão ao campesinato, às comunidades tradicionais e aos povos originários. As medidas tomadas pelo governo Temer, em várias escalas, prepararam o terreno para a eleição de Jair Bolsonaro.

A QUESTÃO AGRÁRIA E INDÍGENA E AS PRÁTICAS PÓS-FASCISTAS DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

O que se enunciou no governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019, explicita ainda mais a história de perseguição e criminalização dos movimentos sociais, nos campos e cidades. A tentativa de retirada de direitos dos povos da terra e a inexistência de diálogo junto ao MST, como orientara esse presidente, logo em suas primeiras ações de governo, em relação ao INCRA, demonstraram efetivamente horizontes nada tranquilos para os povos da terra.

Uma das expressões do autoritarismo e fundamentação da violência deu-se na atribuição da Secretaria da Agricultura a Luis Antonio Nabhan Garcia, fundador da UDR nos campos do Pontal do Paranapanema, e forte defensor do uso de armas pelos fazendeiros – tendo inclusive a própria milícia armada em suas fazendas, prática comum no Pontal dos anos 1990 e até o presente. Exemplo dessa prática ocorreu nos campos do Pontal do Paranapanema-SP, em fevereiro de 1997, quando Miriam Farias, amiga de infância da autora, e mais sete trabalhadores foram alvejados na ocupação de terras da fazenda São Domingos, em Sandovalina -SP, em que estivemos presentes. Em 2021, Miriam viria a falecer em decorrência das sequelas dos tiros que levou naquela ocupação.

A criminalização dos movimentos sociais, especialmente do MST e dos movimentos indígenas e quilombolas, e a banalização da vida, ao se naturalizar os assassinatos no campo, de sem-terra às lideranças indígenas e quilombolas, como ocorreu (e ocorre) no MS, por exemplo, tornaram-se a tônica dos governos estaduais e federal; e evidência de ataque direto aos “direitos humanos”, como dito antes, cada vez mais fragilizados no governo Bolsonaro. Jair Bolsonaro, pouco antes da posse

presidencial frisou que: “Não terá um centímetro quadrado demarcado” para os povos originários em seu governo. (Jair M. Bolsonaro, 2018)

Poderíamos arrolar vários outros negacionismos e violências desse governo (como as *fake news*, o fortalecimento do projeto Brasil Paralelo, entre outras práticas e discursos de ódio) que marcaram a vida de homens, mulheres e crianças, principalmente daqueles/as nas condições econômicas mais vulneráveis, como os camponeses e povos originários. Regredimos anos luz nos 04 anos deste Governo, fazendo com que possa ser designado de pós-fascista.

O lema central do governo de Bolsonaro, pode-se dizer, de certo modo, assemelhou-se aos de uma parte do fascismo, como a insígnia de: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. A máxima de Mussolini seria: “Nada acima, fora ou contra o Estado”. Mas, é preciso guardar as especificidades dos fascismos, como o fato de que uma de suas faces era a condenação do Liberalismo e a defesa de um Estado forte, o Estado Nação. O mesmo não se pode dizer de Bolsonaro, como observaram Fernandes et alii (2020), ao abrir as portas para o Liberalismo e a sujeição do Brasil aos EUA e a outros países colonizadores, com a facilitação da chamada “estrangeirização da terra”, por exemplo.

De qualquer modo, perdemos muito nesses últimos tempos, e o horizonte positivo para mudanças está bastante distante, especialmente pelo despertar de um conservadorismo que está impregnado em nosso tecido social, nas mídias digitais, e em muitas igrejas, católicas e protestantes, fazendo com que a desumanidade encontre respaldo e legitimidade em discursos de ódio e de práticas autoritárias, camufladas no discurso de defesa da moral e dos bons costumes. Exemplo disso é o caso recente de projeto Lei de criminalização do aborto de meninas e mulheres vítimas de estupro, com penas maiores que a do próprio estuprador. Talvez tenhamos que nos reinventar na busca da humanidade e da sensibilidade para que as violências e a sua sustentação deixem de ser a tônica de nossa sociedade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Finalizando este texto, vale observar que a burguesia brasileira não se viu acuada e nem mesmo temerosa da perda de seus privilégios nos governos anteriores ao de Bolsonaro. Ao contrário, sentiu-se segura para a permanência do arbítrio e da

violência sobre movimentos sociais de camponeses, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, de um modo geral, e suas lideranças, como se depreende dos dados anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI- 2023). Se o PT fez pouco em seus governos pelos povos da terra, os que se seguiram a eles, como Temer (vice de Dilma) e Bolsonaro, menos ainda fizeram, a não ser instituir leis punitivas aos camponeses assentados e aos povos originários.

No Brasil, os povos da terra, camponeses, povos originários, comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos, desde a colônia, sentem no corpo, no sangue, na pele, a constatação de que o arcaico e o moderno se misturam e dão a tonalidade do que somos nós. Temos mais de quatro séculos em que o rural deu a tonalidade ao modo de vida e de trabalho do povo brasileiro. E os povos da terra, no confronto com as elites agrárias, desde a América portuguesa, continuam a dar também outro sentido à terra, com suas roças e a produção de alimentos que chegam às nossas mesas. Isso soa totalmente diferente do que apregoaram, recentemente, Zander Navarro e Maria Thereza Macedo Pedroso, ao proclamar o “fim do agrário”, em *O Brasil rural (1968-2018): morre o agrário, nasce um regime agroalimentar global* (2018).

As ruralidades estão impregnadas na face nefasta de nossa história: nos mandos e desmandos das burguesias, em que, como dito antes, poderes públicos estão imbricados aos interesses privados (pois muitas vezes o juiz, o promotor, o dono da empresa de produção de papel e celulose, é o mesmo que detém os maiores latifúndios, estando na bolsa de valores, na bancada do Congresso, na figura do pai, do filho, do neto, do cunhado, etc.), na continuidade da concentração da terra e do poder político e econômico pelas oligarquias que se modernizaram na figura do agronegócio. Enredadas no mando e na corrupção (muitas vezes no trabalho escravo), estas elites agrárias estão dentro dos governos municipais, estaduais e federal. Dados de abril de 2018, do Ministério do Trabalho, extinto pelo governo de Bolsonaro, logo em seu início, denunciavam a chamada “lista suja” do trabalho escravo, mostrando que o agronegócio continuava a ser o setor que mais submetia trabalhadores à condição análoga à escravidão no Brasil. Conforme esses dados entre os anos de 2003 e 2014, o agronegócio destacou-se como “campeão absoluto na utilização do trabalho escravo, com praticamente 80% dos trabalhadores libertados

do trabalho em lavouras, plantação de cana, desmatamento e pecuária. Só esta última (a pecuária), foi responsável por 30% dos casos”. (Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/4317-das-novas-empres-da-lista-suja-do-trabalho-escravo-sao-do-agronegocio>. Acesso em agosto de 2024)

Como confronto a esse quadro de violências, instituído pelas elites agrárias em conluio com o estado, desde a América portuguesa, a história rural que envolve os pobres da terra é parte e morada de nós. Não se pode negar esta história, pois do contrário corremos o risco de negar a nós mesmos, como diria Martins (1993) na referência à América Latina.

No tempo presente, o agronegócio com os dizeres “o Agro é pop”, “o Agro é tech”, “o Agro é vida” visa tomar a cena da história rural de nosso país. Nas agendas dos Governos de FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro, e novamente no 5º. Governo Lula, o agronegócio encontrou espaço materializado no discurso da modernidade, tecnologia e comércio internacional. Exemplo disso foi o Plano Safra de 2024 que destinou 400 bilhões para o agronegócio e 75 bilhões para a agricultura familiar, desvelando a discrepância entre os setores e o favorecimento do governo ao agro. Mas, não podemos nos esquecer que 70% do que chega às nossas mesas advém da produção camponesa e da agricultura familiar.

O discurso da modernidade e da tecnologia, ao longo destas décadas, objetiva negar a importância do campesinato como produtor de alimento e de justiça social, e dos povos originários e comunidades tradicionais como defensores dos campos, matas, rios e florestas. Mas, esta negação não é possível porque está na memória de quem queira lembrar ou saber, ou seja, na defesa da vida e da natureza pelos povos da terra. Impressa ainda na prática cotidiana camponesa de produção da comida. Estas evidências estão também nas muitas vidas que já se foram em meio aos conflitos envolvendo vários agentes sociais como camponeses, sem-terra, povos originários e remanescentes de quilombos, dentre outros agentes sociais que lutam pela retomada de suas terras ancestrais. Um dado alarmante é o assassinato de mais de 200 lideranças indígenas no Brasil, no período de 2003 a 2023, como denuncia o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023).

Não é preciso ir muito longe para evidenciar esses dados, como o que aconteceu em 2024, com os Guarani e kaiowá, na região de Dourados, mais

precisamente em Douradina (MS), nas Retomadas de sua terra ancestral, o seu TEKOKHA, como no dia 03 de agosto, quando fazendeiros da região atacaram esses povos utilizando-se de suas milícias armadas, com o desfecho de 10 feridos, dois em estado grave, na presença/ausência da Força Nacional e na presença/ausência da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas. Também o “Tratoração”, de 16 de agosto daquele ano, demonstra a violência do agronegócio sobre esses povos.

Os campos brasileiros trazem esta história de dor, mas ainda de resistência. Camponeses e indígenas, em luta, evidenciam o que homens e mulheres entendem por direito moral (THOMPSON, 1998) a terra. Compreender esta história implica apreender as raízes do que somos. Os povos da terra, especialmente os povos originários, estão em nossa história faz mais de 500 anos, com suas práticas de preservação da vida, suas memórias e lutas. Teimosamente existem e resistem. Insistem em existir e resistir, tendo inclusive aumentado demograficamente em número se comparados os dados do IBGE de 2010 (900.000) aos de 2022, do mesmo Instituto. Hoje são quase o dobro, são 1.7 milhão de pessoas.

O mesmo pode-se dizer do campesinato que, à duras penas, continua a lutar pela terra e para nela permanecer, produzindo vida e alimentos, e mostrando um sentido outro que difere frontalmente de sua concepção enquanto mercadoria, enquanto “coisa”. Como dizia Seu Dezinho, assentado no Assentamento São Bento, desde a década de 1990, no município de Mirante do Paranapanema, na região do Pontal do Paranapanema, São Paulo: “Olha, a terra (pausa) o que ela significa hoje, é o que vai significar pro resto do meu corpo, da minha carne. E porque, graças a Deus, eu vivo da terra e a terra dá de comer. E damos valor a terra, porque se não fosse a terra, não vivia, né?” (BORGES, 2010, p.342)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo In: *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1305-1333, set.-dez./2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.



BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema-SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

BORGES, Maria Celma. A história rural entre roças, pobres da terra e 'a reforma que virou suco': da América portuguesa a FHC, Lula e Dilma. In: *O campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos Governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas)*, COELHO, Fabiano; CAMACHO, Simão (Orgs.). Curitiba: Editora CRV, 2018.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: *História: novos problemas*. LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHAVEAU, Ágnes & TÉTART, Phillippe. *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CIMI (Brasil) Conselho Indigenista Missionário. A Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil. Relatório 2023. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2023-Cimi.pdf>. Acesso em: 17 out 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano et. Alii. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Dossiê Temático "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", N.42, v.04, Dez. 2020.

GOMES, Flávio dos S. *Mocambos e quilombos- uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos S.; REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. 5ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[HTTPS://pulitzercenter.org/pt-br/projects/](https://pulitzercenter.org/pt-br/projects/) - '[Nem um Centímetro': Bolsonaro Ignora Obrigação de Demarcar Terras Indígenas | Pulitzer Center](#)'. Acesso em Agosto de 2024.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas-SP: Papirus, 1986.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; MOIZÉS, Brenna da Conceição; MARTINS, Lucas Araújo. Parlamento Parasitário, Executivo fascista amador e a dramática questão agrária brasileira. In: *Revista da ANPEGE*. v. 16. nº. 29, p. 600 - 640, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/>

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder* – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. O Brasil rural (1968-2018): morre o agrário, nasce um regime agroalimentar global. In: *Política Democrática: Revista de Política e Cultura*, Ano 23, n. 52, p. 66-75, dez. 2018.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques. et. alii. (Orgs.). *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984.

NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando (Orgs.). *História da vida privada no Brasil – América portuguesa*, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 8^a ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: Record, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em 21/08/2025

Aprovado em 14/10/2025